Processo 006.395/2019-8
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Funasa - Fundação Nacional de Saúde em desfavor do Sr. Mecias Pereira Batista, ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, do Sr. Glênio José Marques Seixas, Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, e da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, no âmbito do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502 (peça 6, p. 1-6), que tinha por objeto “a execução de Melhorias Sanitárias Domiciliares”, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas, no valor de R\$ 359.693,67, em virtude da omissão no dever de prestar contas da terceira parcela dos recursos repassados, bem como no valor de R\$ 19.737,09, referente à não devolução de saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, além do não aporte da contrapartida referente à 1ª parcela.

2. No Relatório Complementar de Tomada de Contas Especial de 19/6/2017 (peça 94, p. 1-9), o tomador de contas concluiu que o prejuízo importaria nos valores originais de R\$ 359.693,67, imputando-se a responsabilidade ao Sr. Mecias Pereira Batista, e de R\$ 19.737,09, imputando-se a responsabilidade ao Sr. Glênio José Marques Seixas e à Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM.

3. Estando os autos no TCU, a Secex-TCE propôs a citação dos responsáveis e, após a análise das alegações de defesa do Sr. Glênio José Marques Seixas e do município de Barreirinha/AM, a unidade técnica propôs afastar o débito imputado ao Sr. Glênio em solidariedade com o município e fixar novo e improrrogável para que o município recolhesse os valores relacionados à não devolução do saldo da conta do convênio e de aplicações financeiras e à complementação da contrapartida municipal. O Sr. Mecias Pereira Batista, apesar de regularmente notificado, não compareceu aos autos.

4. Este representante do Ministério Público de Contas da União, em manifestação anterior à peça 145, entendeu ser necessária diligência ao Banco do Brasil, a fim de que trouxesse aos autos os extratos bancários da conta vinculada. A proposta foi acatada pelo relator (peça 147) e atendida às peças 152-155.

5. A SecexTCE, após examinar os novos elementos, entendeu que o novo valor do débito atribuído ao ente federado seria menor que o anteriormente considerado e, propôs, mais uma vez por acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Glênio José Marques Seixas e fixar novo e improrrogável para que o município recolhesse os valores apurados, ajustados de acordo com a nova análise (peças 158-160).

6. De pronto anuímos à análise e às conclusões da unidade técnica, com exceção da data de referência do débito da contrapartida, conforme expomos a seguir.

7. A unidade instrutora entendeu como data de referência do débito da contrapartida o último dia de vigência do convênio. Ocorre que o Termo de Compromisso TC/PAC 353/10, que formalizou o convênio, dispôs, em sua cláusula segunda (peça 6, p. 1), que “o comprometente compromete-se a complementar (a título de contrapartida) com o valor (...) de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado”.

8. Desta forma, em nosso entender, a data de referência do débito da contrapartida deve ser a data da primeira Ordem Bancária que liberou a primeira parcela dos recursos do convênio, qual seja, 30/4/2012, conforme consignado nos Parecer Financeiro 1/2017 e no Parecer Financeiro Complementar 7/2017 (peças 76, p. 1, e 77, p. 2).

9. No que concerne a eventual necessidade de se renovar a citação, tendo em vista a mudança da data de referência do débito da contrapartida – apesar de ainda se tratar das mesmas irregularidades –, entendemos que tal medida não se faz necessária, já que o novo valor do débito atribuído ao ente federado é menor que o consignado na citação. Senão vejamos:

Valor pelo qual o município de Barreirinha/AM foi citado (peça 106, p. 4):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
29/12/2016	4.469,95
30/4/2012	16.377,39
Total atualizado até 11/5/2021	32.306,62

Valor que o município Barreirinha/AM deverá recolher aos cofres do Tesouro Nacional:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
30/4/2012	2.137,51
31/1/2020	19.436,75
Total atualizado até 11/5/2021	24.252,27

10. Desta forma, este representante do Ministério Público de Contas propõe retificação à proposta de encaminhamento da unidade técnica nos seguintes termos:

a) acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Glênio José Marques Seixas;

b) fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, para que o Município de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49), efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
30/4/2012	2.137,51
31/1/2020	19.436,75

c) dar ciência ao Município de Barreirinha/AM de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

11. Ressalta-se que, posteriormente, se fará o julgamento das contas dos responsáveis, Sr. Mecias Pereira Batista, ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, Sr. Glênio José Marques Seixas, Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, e Município de Barreirinha/AM.

Ministério Público, em 28 de Maio de 2021.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador